

A América Latina entre a cruz e a espada

Latin America: between the rock and a hard place

Luiz Jorge V. P. de MENDONÇA¹

O artigo de Carcanholo, M., mais do que uma interpretação sobre a possibilidade e os desafios que cada país latino enfrenta para atingir o desenvolvimento econômico e social, nos trás uma análise que ressalta a necessidade de união desses países enquanto elemento crucial para tal objetivo. Deixa claro que a compreensão do grau de complexidade dessa questão não é de toda uma questão simples, dado que a unidade da América latina não se explica unicamente pela localização geográfica e, tampouco, pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas que a caracteriza. Os países que compõem esse bloco geopolítico são extremamente diversos, apresentando especificidades históricas e geográficas significativas, conseqüentemente distintos estágios de desenvolvimento das forças produtivas. No entanto, o papel que cada economia cumpre na divisão internacional do trabalho tem a mesma função, que particulariza histórica e geograficamente este continente no processo de acumulação capitalista mais geral, a despeito das possibilidades e características específicas de cada uma das economias.

Por um lado, reproduz-se aqui as relações capitalistas mais gerais no sentido de basear

a produção e reprodução na exploração da força de trabalho, segundo o estágio particular de desenvolvimento das forças produtivas de cada país, mas também de acordo com a exigências/necessidades dos países centrais. Se temos portanto nossas especificidades, temos também um papel bem definido no processo geral de produção e reprodução econômica. Isso, como aponta o autor, permite tanto explicar os diferentes níveis de desenvolvimento econômico observados entre os países, quanto o papel comum e historicamente determinado para o continente latino em termos do processo de acumulação capitalista geral.

Por outro lado, a natureza desse processo corresponde a uma unidade contraditória ao se consubstanciar em modernização contínua da forma de produção e consumo dos principais bens, mas também em relações de trabalho e emprego cujo grau de exploração é e mantém-se extremamente alto, caracterizando inclusive formas específicas de produção e consumo por partes dos diversos segmentos sociais. Excludente para a maior parte da sociedade e extremamente moderno, por vezes suntuoso para uma minoria.

¹ Economista. Doutor em Economia pela Université de Paris X, Nanterre. Professor do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: <ljvpmendonca@gmail.com>.

A super-exploração da força de trabalho explica-se então como mecanismo compensatório em termos de produção e apropriação da riqueza por parte das classes sociais mais privilegiadas, de forma a compensar o intercâmbio desigual com os países capitalistas desenvolvidos. O caso de atividades de extração/mineração sem condições adequadas de trabalho e segurança; da moderna indústria de álcool e açúcar, baseada no corte de cana sob condições arcaicas de trabalho; de segmentos da indústria de confecção baseadas na precarização das condições de emprego; das linhas de montagem de bens de consumo tecnologicamente avançados com jornada e intensidade muito além do permitido legalmente e das inúmeras atividades exercidas na informalidade são bons exemplos.

É importante frisar que isto é decorrente da forma como a organização social latino americana historicamente se conformou, e não mero estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Correspondem, portanto, a uma conformação econômica e social comum, que possibilita um padrão de consumo das classes mais privilegiadas que deixa pouco a desejar de seus congêneres norte-americanos e europeus, enquanto os extratos de baixa renda sequer dispõem de infraestrutura e disponibilidade de serviços públicos básicos.

As diferenças no ritmo e estágio de desenvolvimento das forças produtivas alcançado por cada país ou bloco de países de nosso continente, e o papel que exercem e procuram manter em termos de relações econômicas com os países centrais explicam-se em essência pela forma como estão inseridos no fluxo comercial internacional, resultante do

fato de constituírem-se enquanto exportadores de matérias-primas e produtos intensivos em recursos naturais e/ou em mão de obra barata.

A consequência principal é que o desenvolvimento econômico dos períodos de bonanza não só é limitado a determinados segmentos sociais, como também não cria uma dinâmica própria que atenda às necessidades mais prementes da população latina. Carcanholo deixa claro então que se trata de um modelo cuja natureza é explicada pelo modelo de desenvolvimento dependente, à medida que se conforma segundo as necessidades dos países capitalistas centrais, não havendo portanto uma dinâmica na evolução econômica e social autóctone que signifique/permita mudanças qualitativamente importantes nas condições de reprodução social, em especial para a classe trabalhadora.

Trata-se de uma situação que reproduz, ou melhor, acentua a dependência produzindo como consequência inexorável a desigualdade social e econômica.

Ademais, o artigo tem como principal mérito o de trazer e interpretar tais questões à luz da evolução da ordem capitalista mundial contemporânea, à dominância financeira, que mantém e reproduz sob nova roupagem um padrão de dominação dos países centrais em relação ao centro. As consequências desta forma específica de reprodução econômica e social continuam implicando super-exploração da força de trabalho, precarização das condições de trabalho e emprego, pauperização e exclusão social. A distinção apontada é que a lógica financeira ga-

na precedência no capitalismo contemporâneo, torna-se a ponta de lança pela qual o reordenamento interno das sociedades latino americanas atenderá às necessidades do fluxo de capital e de bens e serviços nesta nova etapa.

O autor nos alerta, contudo, que não se trata de sobrevalorizar o aspecto financeiro a ponto de considerá-lo independente do capital produtivo e comercial. Esta esfera tem uma autonomia relativa, isto é, à condição de exercê-la de modo que direcione os recursos segundo os interesses do capital em geral, determinando as formas de produção, o tipo de organização da estrutura produtiva e a conformação das condições de trabalho e emprego. A apropriação da riqueza produzida fica então definida/condicionada, e sua contrapartida em termos de nível de salários, das condições de emprego e trabalho, dos benefícios monetários e programas necessários nas políticas sociais também.

Neste contexto a formação dos blocos econômicos na América Latina surge como uma alternativa, senão única solução de inserção mais soberana e autônoma de « nuestra América » no contexto internacional. Mas neste caso é imprescindível qualificarmos exatamente o que se compreende enquanto bloco econômico. A visão corrente e predominante a entende enquanto um espaço econômico comum de comércio entre um grupo de nações vizinhas. Normalmente não há a preocupação em diferenciar-se uma União Aduaneira em relação a uma Área de Livre Comércio. Não obstante há diferenças importantes.

No primeiro caso encontramos o Mercosul, o Pacto Andino (Comunidade Andina de Nações) e o Caricom (Mercado Comum e

Comunidade do Caribe), que fixam preferências tarifárias como meio de incentivar o comércio entre as nações membro. Estes blocos diferem do caso da Alca, constituída enquanto uma área de livre comércio, que significa a suspensão total das tarifas de importação, exportação e barreiras não tarifárias entre os países que a compõem, de modo a integrar indiscriminadamente as economias e ampliar as oportunidades de valorização do capital. Neste caso, a especialização e a divisão internacional do trabalho aprofunda-se enormemente, como ocorreu com o México e a América central, que se especializaram na produção intensiva em mão-de-obra barata, enquanto os EUA apliaram seus mercados para produtos intensivos em capital e tecnologia, reforçando e aprofundando o intercâmbio desigual na medida em que os bens exportados pelos países México e demais países da América Latina se configuram na maior parte em bens intensivos em mão-de obra, recursos naturais e de baixo valor agregado.

No caso de união aduaneira, sua funcionalidade para o capital deve-se também à conformação de um mercado ampliado a partir de uma única base produtiva. As multinacionais passam a dispor de um mercado ampliado quando instaladas num país membro de um acordo de união aduaneira ou de livre mercado com os vizinhos, livrando-se de diversos custos de ampliação de suas atividades na região em que estão instaladas. Isto, contudo, pode suscitar uma postura subimperialista como recorrentemente se interpreta a atuação da Petrobras e outras empresas através do BNDES.

Dessa forma, o desenvolvimento mais avançado das forças produtivas no Brasil do que

em alguns países vizinhos explicam a expansão de algumas empresas brasileiras em direção aos países sul americanos e o subimperialismo.